



CÂMARA MUNICIPAL DE PENAMACOR

Livro: ____/____
Folha: ____

**ATA DA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA N.º 1 DA CÂMARA MUNICIPAL DE
PENAMACOR NO DIA 31 DE OUTUBRO DE 2018.**

Aos trinta e um dias do mês de outubro do ano de dois mil e dezoito, reuniu extraordinariamente a Câmara Municipal de Penamacor, presidida pelo Senhor Presidente da Câmara, António Luís Beites Soares, com a seguinte ordem de trabalhos: -----

1. Reconhecimento das funções que correspondem a necessidades permanentes e cujos vínculos jurídicos são inadequados, nos termos do n.º 3 do artigo 2.º da Lei n.º 112/2017, de 29 de dezembro, que aprovou o Programa de Regularização Extraordinária dos Vínculos Precários. -----
2. Alteração ao Mapa de Pessoal 2018; -----
3. Apreciação e Aprovação do Orçamento e Grandes Opções do Plano (PPI e AMR) para 2019; -----
4. Compromissos Plurianuais – Ano de 2019; -----
5. Apreciação e Aprovação do Mapa de Pessoal e Organograma para 2019; ----
6. Regulamento de Organização de Serviços para 2019; -----
7. Proc. N.º MB - 06/2018: “Requalificação Urbana do Centro de Aranhas” – Aprovação do Plano de Trabalhos, Plano de Equipamento, Plano de Mão de Obra e Plano de Pagamentos; -----
8. Proc. N.º MB - 06/2018: “Requalificação Urbana do Centro de Aranhas” – Aprovação do Plano de Segurança e Saúde da Empreitada de Obras Públicas;
9. “Recolha e Transporte de Resíduos Urbanos na Área do Município de Penamacor” - Proposta para Abertura de Procedimento e Autorização da Despesa. -----

Estiveram ainda presentes, para além do Senhor Presidente da Câmara Municipal António Luís Beites Soares, os Senhores Vereadores Manuel Joaquim Ribeiro Robalo, Sandra Maria Pires Vicente e Anabela Castilho Campos comigo Teresa Maria Bento Ribeiro, Técnica Superior, a secretariar. –

Ref.ª _____
Data: ____/____/____



CÂMARA MUNICIPAL DE PENAMACOR

Livro: ____/____
Folha: ____

O Senhor Vereador Domingos Manuel Bicho Torrão disse que devido ao envio tardio da documentação para a reunião de câmara, não lhe foi possível analisar convenientemente a mesma. Por esse motivo e uma vez que não foi cumprido o regime jurídico da administração local, não irá participar na reunião de câmara. -----

O Senhor Presidente esclareceu que a essência da reunião se prende com a aprovação e envio da proposta de orçamento e das grandes opções do plano à Assembleia Municipal. -----

O Senhor Presidente declarou aberta a reunião eram dez horas e vinte minutos e de imediato deu início à Ordem de Trabalhos: -----

1 - RECONHECIMENTO DAS FUNÇÕES QUE CORRESPONDEM A NECESSIDADES PERMANENTES E CUJOS VÍNCULOS JURÍDICOS SÃO INADEQUADOS, NOS TERMOS DO N.º 3 DO ARTIGO 2.º DA LEI N.º 112/2017, DE 29 DE DEZEMBRO, QUE APROVOU O PROGRAMA DE REGULARIZAÇÃO EXTRAORDINÁRIA DOS VÍNCULOS PRECÁRIOS. -----

Foi presente à reunião proposta subscrita pelo senhor presidente da câmara que se transcreve: -----

“Reconhecimento das funções que correspondem a necessidades permanentes e cujos vínculos jurídicos são inadequados, nos termos do n.º 3 do artigo 2.º da Lei n.º 112/2017, de 29 de dezembro, que aprovou o Programa de Regularização Extraordinária dos Vínculos Precários. -----

A Lei 112/2017, de 29 de dezembro veio estabelecer o programa de regularização extraordinária na administração local dos vínculos precários de pessoas que exerçam ou tenham exercido funções que correspondam a necessidades permanentes, sem vínculo adequado, entre outras entidades, nas autarquias locais; por força do n.º 1 do artigo 2.º, o PREVPAC é aplicável



CÂMARA MUNICIPAL DE PENAMACOR

aos órgãos ou serviços abrangidos pela Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas; -----

Considerando que a Câmara Municipal de Penamacor, para fazer face a necessidades permanentes e que não sendo satisfeitas põem em risco o normal funcionamento dos serviços, tem tido ao longo dos anos pessoal a desempenhar funções correspondentes às referidas necessidades permanentes dos serviços, com sujeição ao poder hierárquico, de disciplina e de direção, e horário completo; -----

Assim, atento ao disposto na Lei n.º 112/2017, de 29 de dezembro são sujeitos ao concurso: -----

- os trabalhadores que desempenharam funções na Câmara Municipal de Penamacor entre 1 de janeiro e 4 de maio de 2017, ou parte dele, e durante pelo menos um ano à data do início do procedimento concursal de regularização; -----

- os trabalhadores no exercício de funções no período entre 1 de janeiro e 4 de maio de 2017, ao abrigo de contratos de emprego-inserção, contratos emprego-inserção +, os que tenham exercido as mesmas funções nas condições referidas no proémio, durante algum tempo nos três anos anteriores à data do início do procedimento concursal de regularização, conforme referido;

- os trabalhadores ao abrigo de contratos de estágio celebrados com a exclusiva finalidade de suprir a carência de recursos humanos essenciais para satisfação de necessidades permanentes, durante algum tempo nos três anos anteriores à data do início do procedimento concursal de regularização, conforme referido no artigo 3.º n.º 1 da Lei 112/2017, de 29 de dezembro; -----

- no âmbito do setor empresarial local situações de trabalho que correspondam a necessidades permanentes do Município ao abrigo do n.º 4 do artigo 2.º da Lei n.º 112/2017 e ainda outros trabalhadores enquadráveis na presente Lei (considerando para além da lei, o guião da DGAL (Direção-Geral das Autarquias locais) de 11 de janeiro de 2018, na sua interpretação sobre a abrangência da lei a uma sociedade unipessoal e o seu paralelismo a



CÂMARA MUNICIPAL DE PENAMACOR

empresas, conjugado com a exposição dos motivos da proposta de Lei n.º 91/XII sobre situações laborais baseadas em contratos de prestação de serviço, a que se alude em alguns casos com a expressão de “*outsourcing*” na sua interpretação “*a contrario sensu*”); -----

Assim, no início do presente ano, o Município promoveu juntamente com a Comissão de Avaliação Bipartida (CAB) o levantamento de todas as situações que, face ao entendimento de algumas entidades, podiam ser consideradas abrangidas conforme previsto no n.º 3, do artigo 2.º da Lei n.º 112/2017, tendo iniciado o respetivo procedimento de regularização dos vínculos precários, que se encontra a decorrer; -----

Entretanto, a DGAL veio defender o entendimento que o universo de opositores poderia ser alargado aos que, nos três anos anteriores ao início do procedimento exerceram funções que satisfaziam necessidades permanentes do Município; -----

Face a este novo entendimento, foram identificadas outras necessidades permanentes que podem ser supridas por trabalhadores que se encontram igualmente abrangidos pela Lei n.º 112/2017, de 29 de dezembro e que constam do mapa anexo à presente proposta; -----

Face ao exposto, propõe-se a abertura de novos procedimentos concursais ao abrigo do programa de regularização extraordinária dos vínculos precários”. ----

A proposta foi aprovada por unanimidade e em minuta, nos termos dos n.ºs. 3 e 4 do artigo 57º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro. -----

2 - ALTERAÇÃO AO MAPA DE PESSOAL 2018; -----

Foi presente à reunião proposta subscrita pelo senhor presidente da câmara que se transcreve: -----

“Considerando a aprovação do mapa de pessoal para 2018 na sessão de 26 de fevereiro de 2018 da Assembleia Municipal, no seguimento de proposta da Câmara Municipal de 22 de fevereiro, e em conformidade com as disposições



CÂMARA MUNICIPAL DE PENAMACOR

conjugadas da alínea o) do nº 1 do artigo 25º com a alínea ccc) do nº 1 do artigo 33º, ambos da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro; -----

Considerando a entrada em vigor no dia 1 de janeiro de 2018 da Lei nº 112/2017, de 29 de dezembro, que veio estabelecer o Programa de Regularização Extraordinária de Vínculos Precários (PREVPAC) de pessoas que exerçam ou tenham exercido funções que correspondam a necessidades permanentes, também das autarquias locais (vd. Artigo 1º, nº 1 do diploma referido), -----

Considerando que a DGAL veio defender o entendimento que o universo de opositores poderia ser alargado aos que, nos três anos anteriores ao início do procedimento exerceram funções que satisfaziam necessidades permanentes do Município, foi reconhecido por este órgão executivo, nos termos do n.º 3 do artigo 2º da Lei n.º 112/2017, de 29 de dezembro, das situações em que se verifica o exercício de funções correspondentes a necessidades permanentes dos serviços sem o adequado vínculo jurídico, foram reconhecidas como necessidades, mais 5 postos de trabalho, que se enquadram quatro na carreira de assistente operacional (na área da manutenção de espaços públicos e manutenção de infraestruturas) e um técnico superior na área da arqueologia, de acordo com as funções que exerciam e para a quais foram contratados com vínculo jurídico inadequado. -----

Considerando, por isso, a necessidade de garantir a existência no mapa de pessoal de postos de trabalho em número suficiente para permitir a abertura de procedimentos concursais destinados a acomodar todas as pessoas que, preenchendo os requisitos, foram identificadas pelo órgão Executivo como estando ou estiveram a exercer funções correspondentes a necessidades permanentes. -----

Proponho à Câmara Municipal que, nos termos da competência que lhe está atribuída pela alínea ccc) do nº 1 do artigo 33º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, delibere apresentar à Assembleia Municipal proposta para alteração ao mapa de pessoal em conformidade com o documento que se anexa e faz



Livro: ____ / ____
Folha: _____

CÂMARA MUNICIPAL DE PENAMACOR

parte da presente proposta, nos termos e para os efeitos do disposto no nº 2 do artigo 6º da Lei nº 112/ 2017, de 29 de dezembro”. -----

A proposta foi aprovada por unanimidade e em minuta, nos termos dos nºs. 3 e 4 do artigo 57º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro. -----

3 - APRECIÇÃO E APROVAÇÃO DO ORÇAMENTO E GRANDES OPÇÕES DO PLANO (PPI E AMR) PARA 2019; -----

Foi presente à reunião proposta subscrita pelo senhor presidente da câmara que se transcreve: -----

“No exercício da competência prevista na alínea c) do nº 1 do artigo 33º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, cabe à Câmara Municipal elaborar as opções do plano e a proposta de orçamento e submetê-las à aprovação da Assembleia Municipal. Por sua vez, a competência atribuída à Assembleia Municipal para aprovar as opções do plano e a proposta de orçamento, está prevista na alínea a) do nº 1 do artigo 25º da mesma Lei nº 75/2013, de 12 de setembro. -----

Dispõe o artigo 27º do mesmo diploma, no seu nº 1, que a Assembleia Municipal reúne ordinariamente em fevereiro, abril, junho, setembro e novembro ou dezembro. Ora, resulta do nº 2 do mesmo artigo 27º que as opções do plano e a proposta de orçamento serão aprovados pelo órgão deliberativo na sessão de novembro, sendo que esta poderá também ter lugar em dezembro de acordo com o nº 1 atrás referido. -----

Sucede que, por força do calendário orçamental que veio a ser definido pelo artigo 45º da Lei nº 73/2013, de 3 de setembro, a Câmara Municipal tem de apresentar a proposta de orçamento à Assembleia Municipal até 31 de outubro, sendo que, nos casos em que as eleições para o órgão executivo municipal ocorram entre 30 de julho e 15 de dezembro, a proposta de orçamento municipal para o ano económico seguinte é apresentada no prazo de três meses a contar da data da respetiva tomada de posse. -----

Como tal, propõe-se que seja deliberado: -----

Ref.ª _____
Data: ____ / ____ / ____



Livro: ____/____
Folha: _____

CÂMARA MUNICIPAL DE PENAMACOR

1 – Aprovar as Grandes Opções do Plano e a Proposta de Orçamento para 2019, documentos que se anexam e fazem parte da presente proposta, no exercício da competência prevista na alínea c) do nº 1 do artigo 33º da Lei nº 75/2013, de 12.9, para que sejam remetidas à Assembleia Municipal para cumprimento do disposto no artigo 45º da Lei nº 73/2013, de 3.9; -----

2 – Aprovar a presente deliberação em minuta, nos termos e para os efeitos dos nºs. 3 e 4 do artigo 57º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, para que seja desde logo eficaz e remetida ao órgão deliberativo no prazo previsto no artigo 45º da Lei nº 73/2013, de 3.9”. -----

O Senhor Presidente fez uma breve apresentação dos documentos referentes ao Orçamento e Grandes Opções do Plano para 2019. -----

O orçamento proposto para o ano de 2019 totaliza €15.173.291,00, correspondendo a um aumento de 8,86% comparativamente com o orçamento de 2018, sendo que as receitas correntes previstas são no valor de €9.154.307,00 e as receitas de capital previstas no valor de €6.018.984,00. As despesas correntes previstas no montante de €7.384.412,00 e as despesas de capital no montante de €7.786.879,00. -----

O Senhor Presidente mencionou na sua intervenção os investimentos estruturantes para o desenvolvimento do concelho, destacando-se a Requalificação da Zona Histórica de Penamacor; Ampliação da Zona Industrial de Penamacor; Requalificação do Edifício Teatro Clube de Penamacor; Criação da Incubadora para a Valorização de Recursos Endógenos; Requalificação/Ampliação das Ternas da Fonte Santa; Intervenções de Reabilitação e Conservação do Parque Habitacional e Obras de Reabilitação Urbana nas freguesias do Concelho, sendo que a sua grande maioria está suportada nos fundos estruturais 2014-2020. -----

A proposta foi aprovada por unanimidade. -----

4 - COMPROMISSOS PLURIANUAIS – ANO DE 2019; -----

Ref.ª _____
Data: ____/____/____



CÂMARA MUNICIPAL DE PENAMACOR

Foi presente à reunião proposta subscrita pelo senhor presidente da câmara que se transcreve: -----

“Dispõe o artigo 22º do Decreto-Lei nº 197/99, de 8 de junho, que a abertura de procedimento relativo a despesa que dê lugar a encargo orçamental em mais de um ano económico ou em ano que não seja o da sua realização, designadamente com a aquisição de serviços e bens através de locação com opção de compra, locação financeira, locação-venda ou compra a prestações com encargos, não pode ser efetivada sem prévia autorização do órgão deliberativo, salvo quando: -----

- a) Resulte de planos ou programas plurianuais legalmente aprovados; -----
- b) O respetivo encargo não exceda o limite de € 99.759,58 em cada um dos anos económicos seguintes ao da contração, e o prazo de execução de três anos. -----

Por outro lado, dispõe a alínea c) do nº 1 do artigo 6º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro (Lei dos Compromissos e dos Pagamentos em Atraso), alterada e republicada pela Lei nº 22/2015, de 17 de março, que a assunção de compromissos plurianuais, independentemente da respetiva forma jurídica, incluindo novos projetos de investimento ou a sua reprogramação, contratos de locação, acordos de cooperação técnica e financeira com os municípios e parcerias público-privadas, está sujeita a autorização prévia da Assembleia Municipal. -----

Acresce o que dispõe o artigo 12º do Decreto-Lei 127/2012, de 21 de junho, alterado e republicado pelo Decreto-Lei nº 99/2015, de 2 de junho, o qual estabelece que a referida autorização prévia a conceder pelo órgão deliberativo para efeitos de assunção ou reprogramação de compromissos plurianuais poderá ser dada aquando da aprovação anual das Grandes Opções do Plano.

Ora, consta da Ordem de Trabalhos da presente reunião do Executivo a proposta para aprovação dos documentos previsionais para o exercício de 2019. Importa por isso promover também a aprovação de proposta para solicitação à Assembleia Municipal de autorização prévia para assunção ou



CÂMARA MUNICIPAL DE PENAMACOR

reprogramação de compromissos plurianuais para o próximo ano, conforme o previsto nas disposições legais atrás mencionadas e no uso da competência prevista na alínea ccc) do nº 1 do artigo 33º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro. -----

Assim, propõe-se, quanto aos compromissos plurianuais a assumir no ano de 2019: -----

a) Que, ao abrigo do artigo 12º do Decreto-Lei 127/2012, de 21 de junho, da redação dada pelo Decreto-Lei nº 99/2015, de 2 de junho, e para efeitos da aplicação da alínea c) do nº 1 do artigo 6º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, alterada e republicada pela Lei nº 22/2015, de 17 de março, seja deliberado propor à Assembleia Municipal de Penamacor que delibere conceder autorização prévia genérica favorável para a assunção ou reprogramação de compromissos plurianuais relativamente a pagamentos que resultem de projetos ou ações previstos nas Grandes Opções do Plano para 2019, excetuando os casos em que a reprogramação dos compromissos plurianuais implique aumento de despesa. -----

b) Que, por referência ao previsto no artigo 22.º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de junho, seja deliberado solicitar à Assembleia Municipal que, na autorização prévia genérica favorável à assunção de compromissos plurianuais, abranja ainda os encargos que, não estando previstos no PPI, não excedam porém o limite de € 99.759,58 em cada um dos anos económicos seguintes ao da sua contratação e prazo de execução de três anos; -----

c) Que seja deliberado, também, propor à Assembleia Municipal que delibere que a assunção ou reprogramação de compromissos plurianuais a coberto da autorização prévia concedida nos termos das alíneas anteriores, só poderá fazer-se quando sejam respeitadas as regras e procedimentos previstos na Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, alterada e republicada pela Lei nº 22/2015, de 17 de março, e no Decreto-Lei nº 127/2012, de 21 de junho, alterado e republicado pelo Decreto-Lei nº 99/2015, de 2 de junho, e cumpridos os demais requisitos legais de execução de despesas. -----



CÂMARA MUNICIPAL DE PENAMACOR

d) Que seja deliberado, ainda, remeter à Assembleia Municipal, em cada uma das suas sessões ordinárias, listagem com informação dos compromissos plurianuais assumidos ao abrigo da autorização prévia genérica concedida”. ----
A proposta foi aprovada por unanimidade e em minuta, nos termos dos n.ºs. 3 e 4 do artigo 57º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro. -----

5 - APRECIÇÃO E APROVAÇÃO DO MAPA DE PESSOAL E ORGANOGRAMA PARA 2019; -----

Foi presente à reunião proposta subscrita pelo senhor presidente da câmara que se transcreve: -----

“O regime jurídico da organização dos serviços das autarquias locais encontra-se previsto no Decreto-Lei nº 305/2009, de 23 de outubro, devendo atender-se em matéria de estruturação de serviços também ao disposto na Lei nº 49/2012, de 29 de agosto, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 82-B/2014, de 31.12 e a Lei n.º 42/2016, de 28.12. Por outro lado, nos termos das disposições conjugadas da alínea m) do nº 1 do artigo 25º com a alínea ccc) do nº 1 do artigo 33º, ambos da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, compete ao órgão deliberativo por proposta do órgão executivo, aprovar a criação ou reorganização dos serviços municipais. -----

Para efeitos da preparação da proposta de mapa de pessoal, organograma e regulamento de organização dos serviços, são necessariamente tidos em conta os modelos de organização interna, os quais devem ser oportunamente aprovados pela Assembleia Municipal por proposta da Câmara Municipal. Ou seja, a preparação do mapa de pessoal, do organograma e do regulamento de organização dos serviços depende da definição prévia do modelo de estrutura orgânica que o Executivo pretenda implementar e da fixação do número máximo de unidades e subunidades orgânicas que interesse prever. -----

Neste contexto, foi o modelo de estrutura orgânica para 2019 aprovado pela Assembleia Municipal em 27 de setembro último, por proposta da Câmara



Livro: ____/____
Folha: _____

CÂMARA MUNICIPAL DE PENAMACOR

Municipal de 19 de setembro. Entende o Executivo que se justificam alguns ajustes ao modelo então aprovado, encontrando-se a promover as respetivas alterações a aprovar pelos órgãos competentes. -----

No que concerne à organização interna dos serviços, mantém-se o modelo de estrutura hierarquizada, nos termos da alínea a) do artigo 6º e da alínea a) do nº 1 do artigo 9º do Decreto-Lei nº 305/2009, de 23 de outubro. Nos termos da alínea c) do nº 1 e do nº 2 do artigo 4.º da Lei nº 49/2012, de 29 de agosto, com as alterações introduzidas pela Lei nº 82-B/2014, de 31.12 e a Lei nº 42/2016, de 28.12., foi proposto à Câmara Municipal que delibere na presente reunião propor ao órgão deliberativo a criação do máximo de 4 unidades orgânicas flexíveis destinadas a ser dirigidas por dois chefes de divisão municipal, um dirigente intermédio de 3º grau e um dirigente intermédio de 4º grau, ao abrigo da competência prevista na alínea c) do artigo 6º do Decreto-Lei nº 305/2009, de 23 de outubro. -----

Aprovadas que sejam tais deliberações, importa desenvolver os instrumentos e ferramentas de gestão dos recursos humanos para 2018. Ora, resulta do artigo 28º da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas (LTFP) aprovada pela Lei nº 35/2014, de 20 de junho, que no planeamento da atividade e gestão de recursos humanos se inclui o mapa de pessoal, o qual deve acompanhar a proposta de orçamento. Isto é, no que respeita à gestão de recursos humanos torna-se necessário, aquando da elaboração do orçamento, em obediência aos procedimentos e regras previstas no artigo 28º e seguintes da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas (LTFP) aprovada pela Lei nº 35/2014, de 20 de junho, que se proceda ao planeamento das atividades, de natureza permanente ou temporária, que deverão ser desenvolvidas ao longo do ano e durante a execução orçamental. O mapa de pessoal acompanha e é aprovado nos mesmos termos em que se aprova a proposta de orçamento, ou seja, anualmente e mediante aprovação pela Assembleia Municipal por proposta da Câmara, em conformidade com as disposições conjugadas da alínea o) do nº 1 do artigo 25º com a alínea ccc) do nº 1 do artigo 33º, ambos da Lei nº 75/2013,

Ref.ª _____
Data: ____/____/____



CÂMARA MUNICIPAL DE PENAMACOR

de 12 de setembro. Embora deva acompanhar a proposta de Orçamento, o Mapa de Pessoal constitui um documento previsional distinto. -----

Neste enquadramento, no seguimento do modelo de estrutura orgânica aprovado pelo órgão deliberativo na sessão de 27 de setembro com as alterações que serão propostas na próxima sessão da Assembleia Municipal, e considerando as restantes deliberações sobre a matéria, que determina a criação/manutenção de 3 subunidades orgânicas, proponho à Câmara Municipal: -----

I – Que delibere, no uso da competência própria prevista no artigo 7º do Decreto-Lei nº 305/2009, de 23 de outubro, a criação/manutenção das seguintes 4 unidades orgânicas flexíveis: -----

1 – Divisão Administrativa e Financeira destinada a ser dirigida por um chefe de divisão municipal (dirigente intermédio de 2º grau); -----

2 – Divisão de Obras destinada a ser dirigida por um chefe de divisão municipal (dirigente intermédio de 2º grau); -----

3 – Unidade de Planeamento, destinada a ser dirigida por um dirigente intermédio de 3º grau. -----

4 – Serviços Externos, destinados a ser dirigidos por um dirigente intermédio de 4º grau. -----

II – Que, tendo em consideração que no mapa de pessoal deverão estar contemplados os postos de trabalho existentes tendo em conta o número de trabalhadores em funções no organismo e previstos os postos de trabalho julgados necessários à execução das atividades previstas e aprovadas no respetivo plano, com a correspondente previsão orçamental das verbas destinadas a suportar as despesas com o pessoal, delibere aprovar o projeto de mapa de pessoal para o ano de 2019, assim como o respetivo organograma, documentos que se anexam e fazem parte integrante da presente proposta, para que sejam remetidos à Assembleia Municipal para aprovação, por ser o órgão competente para aprovar o mapa de pessoal, nos termos da alínea o) do



Livro: ____/____
Folha: _____

CÂMARA MUNICIPAL DE PENAMACOR

nº 1 do artigo 25º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro”. -----

A proposta foi aprovada por unanimidade e em minuta, nos termos dos nºs. 3 e 4 do artigo 57º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro. -----

6 - REGULAMENTO DE ORGANIZAÇÃO DE SERVIÇOS PARA 2019; -----

Foi presente à reunião proposta subscrita pelo senhor presidente da câmara que se transcreve: -----

“Tendo em conta as decisões e orientações de gestão definidas pelo Executivo, traduzidas no projeto de mapa de pessoal e organograma cuja aprovação é proposta nesta mesma reunião, foi elaborado projeto de regulamento de organização dos serviços. Assim, em complemento à proposta de Mapa de Pessoal e Organograma para 2019, proponho que, nos termos das disposições conjugadas da alínea m) do nº 1 do artigo 25º com a alínea ccc) do nº 1 do artigo 33º, ambos da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, e para efeitos de posterior envio à Assembleia Municipal, seja deliberado aprovar o Projeto de Regulamento de Organização dos Serviços para 2019, que se anexa”. -----

A proposta foi aprovada por unanimidade e em minuta, nos termos dos nºs. 3 e 4 do artigo 57º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro. -----

7 - PROC. N.º MB - 06/2018: “REQUALIFICAÇÃO URBANA DO CENTRO DE ARANHAS” – APROVAÇÃO DO PLANO DE TRABALHOS, PLANO DE EQUIPAMENTO, PLANO DE MÃO DE OBRA E PLANO DE PAGAMENTOS.

Foi presente à reunião proposta subscrita pelo senhor presidente da câmara que se transcreve: -----

“Compete à Câmara Municipal, nos termos da alínea a) do n.º 1 do artigo 18.º, do Decreto – Lei n.º 197/99, de 8 de junho, em deliberação de Reunião de Câmara a aprovação do Plano de Trabalhos, Plano de Equipamento, Plano de



Livro: ____/____/____
Folha: ____

CÂMARA MUNICIPAL DE PENAMACOR

Mão de Obra e Cronograma Financeiro, uma vez que a empreitada foi lançada com um valor base superior a € 149 639,37. -----

Assim, considerando o teor dos documentos anexos à presente proposta, que dela fazem parte, nomeadamente informação, de 25 de outubro de 2018, Plano de Trabalhos, Plano de Mão de Obra, Plano de Equipamentos e Plano de Pagamentos. -----

PROPONHO QUE SEJA DELIBERADO: -----

1 – Aprovação do Plano de Trabalhos, Plano de Equipamento, Plano de Mão de Obra e Plano de Pagamentos, apresentado pela sociedade António Lourenço, Lda. referente à empreitada “Requalificação Urbana do Centro de Aranhas”. -----

2 - Autorização para notificar o adjudicatário da aprovação do Plano de Trabalhos, Plano de Equipamento, Plano de Mão de Obra e Plano de Pagamentos. -----

3 - Aprovação em minuta, nos termos dos n.ºs 3 e 4 do artigo 57º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro”. -----

A proposta foi aprovada por unanimidade. -----

8 - PROC. N.º MB - 06/2018: “REQUALIFICAÇÃO URBANA DO CENTRO DE ARANHAS” – APROVAÇÃO DO PLANO DE SEGURANÇA E SAÚDE DA EMPREITADA DE OBRAS PÚBLICAS. -----

Foi presente à reunião proposta subscrita pelo senhor presidente da câmara que se transcreve: -----

“Compete à Câmara Municipal, nos termos da alínea a) do n.º 1 do artigo 18.º, do Decreto – Lei n.º 197/99, de 8 de junho e em conjugação com a alínea f) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, dar cumprimento ao disposto no artigo 12.º do Decreto – Lei n.º 273/2003, de 29 de outubro, ou seja aprovar o Plano de Segurança e Saúde para a execução da obra em epígrafe. -

Ref.ª _____
Data: ____/____/____



Livro: ____/____
Folha: _____

CÂMARA MUNICIPAL DE PENAMACOR

Assim, considerando o teor dos documentos anexos à presente proposta, que dela fazem parte integrante, nomeadamente parecer sobre análise do PSS Desenvolvido para a execução da obra em epígrafe. -----

PROPOMOS QUE SEJA DELIBERADO: -----

1 – A aprovação do Plano de Segurança e Saúde desenvolvido pela firma António Lourenço, Lda.; -----

2 – A autorização para notificar o adjudicatário por escrito da aprovação do Plano de Segurança e Saúde desenvolvido da obra “Requalificação Urbana do Centro de Aranhas”; -----

- Aprovação em minuta, nos termos dos n.ºs 3 e 4 do artigo 57º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro”. -----

A proposta foi aprovada por unanimidade. -----

9 - “RECOLHA E TRANSPORTE DE RESÍDUOS URBANOS NA ÁREA DO MUNICÍPIO DE PENAMACOR” - PROPOSTA PARA ABERTURA DE PROCEDIMENTO E AUTORIZAÇÃO DA DESPESA. -----

Foi presente à reunião proposta subscrita pelo senhor presidente da câmara que se transcreve: -----

“Considerando a necessidade de dar início ao procedimento para aquisição de serviços para “Recolha e transporte de Resíduos Urbanos na área do Município de Penamacor”, atendendo a que a gestão de resíduos urbanos se trata de um serviço público essencial, de acordo com a alínea g) do n.º 2 do Artigo 1.º da Lei n.º 23/96, de 26 de julho, na sua versão atualizada, sendo a mesma assegurada pelos municípios, de acordo com o Regime Geral da Gestão de Resíduos, descrito no n.º 2 do Artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 178/2006, de 5 de setembro, na sua versão atualizada e tendo em conta as atribuições de que dispõe o município no domínio do ambiente e saneamento básico, constantes na alínea k) do n.º 2 do Artigo 23.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual; -----

Ref.ª _____
Data: ____/____/____



CÂMARA MUNICIPAL DE PENAMACOR

Atendendo a que o preço base do procedimento, enquanto montante máximo a pagar pela prestação dos serviços será de €199 000 (acrescido de IVA), fixado e tendo por referência a consulta ao mercado atualizada e cujos encargos têm cabimento no orçamento sob a classificação 02/020220 - Outros trabalhos especializados e Código de GOP - 2 245 2016/12 Ac. 3 – Aquisição de serviços de recolha de resíduos sólidos urbanos, conforme documento anexo. -
Atendendo ao disposto na alínea a) do n.º 1 do Artigo 61.º do Orçamento do Estado para o ano de 2018, aprovado pela Lei n.º 114/2017, de 29 de dezembro, “os valores gastos para contratos de aquisição de serviços celebrados nos termos do Código dos Contratos Públicos, nas autarquias locais, que em 2018 se venham a celebrar com idêntico objeto de contrato vigente em 2017, não podem ultrapassar os valores gastos de 2017, ...”, no entanto e acolhendo o descrito na alínea a) do n.º 2 do mesmo artigo e ainda na alínea a) do n.º 8 do Artigo 58.º, excluem-se os gastos com a celebração de contratos de aquisição de serviços essenciais previstos no n.º 2 do Artigo 1.º da Lei n.º 23/96, de 26 de julho, na sua redação atual, como é o caso do objeto do procedimento em causa. -----

Ainda que a abertura do procedimento dê lugar a encargo orçamental em mais de um ano económico, o mesmo está inscrito no PPI (Plano Plurianual de Investimentos), de acordo com a alínea a) do n.º 1 do Artigo 22º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de junho, na sua versão atualizada e os encargos não excedem o limite estipulado na alínea b) do mesmo número, dispensando a prévia autorização da Assembleia Municipal para a abertura do procedimento. Assim, para efeitos da assunção de compromissos plurianuais, a presente despesa encontra-se coberta pela autorização genérica concedida pela Assembleia Municipal de 6 de dezembro de 2017, nos termos do Artigo 12º do Decreto-Lei n.º 127/2012, de 21 de junho, na sua redação atual. -----

Ao abrigo da competência que lhe está atribuída pela alínea b) do nº 1 do Artigo 18º do Decreto-Lei nº 197/99, de 8 de junho em conjugação com o disposto no nº 1 do Artigo 36º do Código dos Contratos Públicos aprovado pelo



Livro: ____/____
Folha: _____

CÂMARA MUNICIPAL DE PENAMACOR

Decreto-Lei nº 18/2008, de 29 de janeiro, na sua redação atual, propõe-se à Câmara Municipal a abertura de procedimento e autorização da correspondente despesa. -----

Assim: -----

1. Objeto do contrato: consiste na Recolha e transporte de Resíduos Urbanos na área do Município de Penamacor. -----

2. Procedimento: -----

É adotado o procedimento de concurso público, nos termos previstos da alínea b) do número 1 do Artigo 20.º do CCP atualizado e de acordo com o constante no n.º 2 do Artigo 46º-A do CCP atualizado, a adjudicação não será feita por lotes. -----

3. Critério de adjudicação: -----

Nos termos da alínea b) d n.º 1 do Artigo 74º do CCP atualizado, a adjudicação será feita à proposta economicamente mais vantajosa na modalidade em que o preço ou custo será o único aspeto da execução a considerar para avaliação das propostas, na medida em que o caderno de encargos define todos os restantes elementos. -----

4. Designação do Júri: -----

Nos termos dos Artigos 67.º a 69.º do CCP atual, indicam-se os seguintes elementos para a composição do júri do procedimento: -----

Presidente: Raquel da Conceição Oliveira Marques, Técnica Superior; -----

1º Vogal: Paulo Alexandre Felizardo Servo, Chefe de Divisão; -----

2º Vogal: José Augusto Salgueiro Crucho, Encarregado Operacional; -----

1º Suplente: Ana Isabel da Conceição Valente, Técnica Superior; -----

2º Suplente: José Luís Gil Silva Leitão, Técnico Superior. -----

5. Preço Base: -----

Pela execução das prestações objeto do contrato a celebrar e em resultado da proposta adjudicada, será pago o preço até ao montante máximo de €199 000, acrescido de IVA à taxa legal em vigor. -----

O preço base foi fixado tomando por referência a consulta ao mercado



Livro: ____/____
Folha: _____

CÂMARA MUNICIPAL DE PENAMACOR

atualizada. -----

6. Preço Anormalmente Baixo: -----

Para efeitos do presente procedimento será tido como anormalmente baixo, o preço que seja 25% ou mais inferior à média dos preços das propostas a admitir, nos termos do Artigo 71º do CCP atualizado. -----

7. Caução: -----

Não será exigida caução, nos termos do disposto na alínea a) do n.º 2 do Artigo 88º do CCP atualizado. -----

8. Contrato: -----

O contrato será reduzido a escrito, em suporte papel, nos termos do n.º 1 do Artigo 94.º do CCP atualizado. -----

9. Gestor do Contrato: -----

Para acompanhar a execução do contrato e exercer as funções referidas no Artigo 290.º-A do CCP atualizado, indica-se a trabalhadora Raquel da Conceição Oliveira Marques. -----

Para efeitos do n.º 2 do Artigo 40.º do CCP atualizado, propõe-se para aprovação a minuta do anúncio, o programa do procedimento e o caderno de encargos, anexos à presente proposta. -----

Mais se propõe que, nos termos e para os efeitos dos n.ºs 3 e 4 do Artigo 57º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, seja aprovada em minuta a presente deliberação para que seja desde logo eficaz”. -----

A proposta foi aprovada por unanimidade. -----

E não havendo mais assuntos a tratar o Senhor Presidente da Câmara declarou encerrada a reunião eram dez horas e quarenta e cinco minutos, e dela se lavra a presente ata que depois de lida, julgada conforme e aprovada, vai ser assinada. E eu, _____, Técnica Superior, a redigi e subscrevi. -

A Técnica Superior

O Presidente da Câmara

Teresa Bento Ribeiro

António Luís Beites Soares

Ref.ª _____
Data: ____/____/____